

---

# A ILIBERAL DEMOCRACIA EM ÁFRICA: A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA PÓS-COLONIAL DA GUINÉ-BISSAU

*Mamadú Indjai*<sup>1</sup>

---

## Resumo

A crise da democracia liberal tem levantado uma série de discussões ao longo dos anos em todo o mundo, e a África não fugiu à regra. No entanto, no debate africano, o que tem persistido entre os acadêmicos e intelectuais, sobretudo sociólogos e cientistas políticos, são as condições sócio-históricas, políticas e econômicas que possibilitaram o liberalismo democrático no continente. Ademais, as abordagens conceituais (instrumentalistas, comportamentalistas e institucionais) da democracia liberal explicariam o fenômeno do processo de democratização no continente. A partir de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, o trabalho aborda a transição para a democracia na Guiné-Bissau e os desafios contemporâneos da democracia liberal no continente, tendo como corpora os escritos dos pensadores africanos e não africanos que escrevem sobre a política africana na época pós-independência, entre os quais: Issa G. Shivji, Patrick Chabal e Robert Fatton Jr.

## Palavras-chave

África;  
Democracia liberal;  
Pluralismo político;  
 Democratização;  
Guiné-Bissau.

---

## ILLIBERAL DEMOCRACY IN AFRICA: THE POST-COLONIAL DEMOCRATIC EXPERIENCE OF GUINEA-BISSAU

---

### *Abstract*

*The crisis of liberal democracy has raised a number of discussions over the years all over the world, and Africa is no exception. However, in the African debate, what has persisted among academics and intellectuals, especially sociologists and political scientists, are the socio-historical, political and economic conditions that made democratic liberalism possible on the continent. In addition, the conceptual approaches (instrumentalist, behaviorist and institutional) of liberal democracy would explain the democratization process on the continent. Based on bibliographical research with a qualitative approach, the work addresses the transition to democracy in Guinea-Bissau and the contemporary challenges of liberal democracy on the continent, using as a body of work the writings of*

### *Keywords*

*Africa;*  
*Liberal democracy;*  
*Political pluralism;*  
*Democratization;*  
*Guinea-Bissau.*

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: mamaduindjai@gmail.com.

---

*African and non-African thinkers who write about African politics in the post-independence period, including: Issa G. Shivji, Patrick Chabal and Robert Fatton Jr.*

---

## Introdução

**A** escolha deste tema não foi acidental. No final da década de 1980, com o aparecimento da terceira onda de democratização<sup>2</sup>, o continente africano conheceu a tentativa de instituição do liberalismo econômico e, depois, o liberalismo político como modelo de organização da sociedade e do sistema político-econômico. Isso ocorreu no momento em que muitos países estavam sendo governados pelos regimes de partido único, instalados desde as independências nacionais. E esse foi o caso da Guiné-Bissau também.

O continente herdou uma democracia liberal décadas depois de ter saído do colonialismo ou da presença física dos colonizadores europeus, um processo que foi sustentado por anos de violência, exploração das terras africanas e marginalização de todas as formas de organização sociopolítica. Portanto, quais são as bases para o fortalecimento de uma democracia responsável e efetiva nesses contextos?

A democracia, na qualidade de teoria e prática políticas, tem sido a base para muitos cursos da Ciência Política, sobretudo no Brasil, como no nosso programa de pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas. Assim, estudar a democracia no contexto atual lança vários desafios teóricos, metodológicos e analíticos para os pesquisadores e cientistas políticos em todo o mundo. Entre os desafios, pode-se indagar quais os pressupostos teóricos, metodológicos e analíticos se adequam ou não a determinados contextos locais ou regionais. A democracia liberal, tal como pensada no Ocidente, serve de receituário para outras contextos? Sem pretensão de uma resposta unívoca, este trabalho aborda a transição para a democracia na Guiné-Bissau e os desafios contemporâneos que a democracia liberal enfrenta no continente africano, considerando as contribuições dos pensadores africanos e não africanos sobre o assunto.

No Sul Global de modo geral ou na África especificamente, a discussão sobre a efetividade da democracia liberal tem merecido atenção em diversos espaços. Por exemplo, podem-se citar grandes universidades do continente e revistas/periódicos, como o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA), o *African Journal of Political Science International Relations* e outros. Nas discussões, têm sido colocados em pauta a democracia liberal como modelo de concorrência e de disputa entre elites políticas e partidos políticos – ou seja, um modelo essencialmente elitista, instrumental e procedural – e como conciliar essas dimensões com as sociedades africanas em sua diversidade de culturas, línguas e modelos de organização da sociedade?

---

<sup>2</sup> Conceito desenvolvido pelo norte-americano Samuel P. Huntington.

## A construção teórica da democracia

O entendimento sobre o conceito da democracia sempre foi acompanhado de alguns questionamentos e discussões entre teóricos. Ou seja, o modo como é definido o conceito da democracia não é consensual entre os estudiosos. Para Held (1987, p. 1), a democracia como regime no período clássico pressupunha a “existência de forma de igualdade política entre o povo” e o “governo pelo povo”. Nesse caso, o povo e o governo do povo são dois conceitos carregados de muita ambiguidade e muito contestados, sobretudo pelos autores liberais contemporâneos, como Schumpeter, Max Weber e, de certa maneira, Robert Dahl.

Os dois conceitos, segundo Held (1987, p. 1), trazem consigo alguns problemas de definição: “quem deve ser considerado povo?”, “que tipo de participação se espera dele?” e “quais condições pressupõem-se para que haja participação?”. Em relação ao governo, surgem as seguintes perguntas: “quão amplamente ou restritamente deve a esfera da ação do governo ser constituída?”, “qual deve ser o campo apropriado da atividade democrática?”. Essas questões vão nortear as bases das discussões do presente texto, sobretudo como as indagações foram trabalhadas pelos autores liberais no intervalo da Primeira Guerra Mundial e da Segunda Guerra Mundial.

O economista e cientista político austríaco Joseph Schumpeter (1883-1950) é um dos grandes teóricos da democracia contemporânea. Na sua obra *Capitalism, Socialism and Democracy*, publicada pela primeira vez em 1942, o autor desenvolveu uma concepção que se tornou hegemônica na teoria política democrática. Com críticas à teoria clássica da democracia, ele sugere uma série de restrições das formas de participação e de soberania popular, dando maior ênfase ao consenso a partir das eleições na formação dos governos (Santos e Avritzer, 2002). Uma concepção denominada democracia minimalista, que tem entre seus pensadores Robert Dahl e Norbert Bobbio, enfrenta grandes problemas se pensarmos na qualidade da democracia em contextos de Estados como o da Guiné-Bissau e, de modo geral, do Sul Global com a chegada da terceira onda de democratização.

Os questionamentos do Schumpeter na obra citada compreendem duas questões fundamentais quando se quer pensar nas formas alternativas de participação política e da soberania popular – dois conceitos que ele nega redondamente. O autor entende que os cidadãos só deverão ser consultados sobre as questões mais importantes, ou seja, votar os representantes que formarão comitês, assembleia e parlamento para resolver as demandas das populações, esse é o papel dos cidadãos. Portanto, começa aí a sua crítica ao sentido clássico da democracia, porque os representantes não representariam o povo no sentido legal, mas sim através de uma *acepção técnica* (Schumpeter, 1984).

A preocupação do Schumpeter estava relacionada a construir uma teoria que fosse fiel à realidade, ou seja, para autor, a análise do conceito da vontade popular seria um

[...] requisito essencial para se obter progresso na compreensão dos problemas da democracia. Seria conveniente, todavia, não conservar essa expressão, pois ela tende a obscurecer o fato de que, logo que

amputamos a vontade do povo de sua conotação utilitarista, pensamos a construir não apenas uma teoria diferente sobre a mesma coisa, mas também uma teoria sobre coisas completamente diferente [...] (Schumpeter, 1984, p. 303).

O proceduralismo schumpeteriano parte justamente da premissa de que o povo não pode governar, porque a soberania popular não é algo racionalizado pela população ou pelos indivíduos em certas questões. Por isso, forja a definição da democracia como um “método político” ou “um certo tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas e administrativas” (Schumpeter, 1942: 296). Esse método político seria base para a constituição de governos, sobretudo do sistema representativo como se conhece, com a realização das eleições para escolha dos representantes. Tal modelo, de certo modo, exclui as outras formas de participação das populações no sistema político, desvalorizando a soberania popular.

O século XXI trouxe muitos questionamentos sobre a democracia liberal, não só nos contextos periféricos e/ou países recém-democráticos, mas também nos países que constituem o centro do sistema liberal. A crise da democracia tem sido debatida ao longo dos últimos tempos (Przeworski, 2020; Levitsky e Ziblatt, 2018), principalmente com a chegada de elites políticas populistas aos mais altos cargos da nação, como nos casos de Trump na presidência dos Estados Unidos da América e de Bolsonaro na presidência da República do Brasil, figuras com discursos altamente antidemocráticas que usam as instituições democráticas para fragilizar o sistema democrático (Ballestrin, 2018).

Em relação a essas discussões, o continente africano não fugiu à regra, mas o que se tem discutido em África sobre a democracia? Os intelectuais africanos, sobretudo os sociólogos e cientistas políticos, têm debatido as condições sócio-históricas, políticas e econômicas que possibilitaram o liberalismo democrático (Fatton Jr., 1990), bem como avaliado se as abordagens instrumentalistas (eleições/representação), comportamentalista e institucionalista explicariam o processo de democratização no continente (Chabal, 1998).

## A áfrica democrática?

A democracia liberal, que se tornou modelo hegemônico no mundo, atingiu o continente africano através dos processos de liberalização política e econômica na década de 1980, mas sobretudo com Programas de Ajustamento Estrutural – PAE (Indjai; Silva, 2021). Os programas tinham a missão de conceder créditos aos países africanos, e, em contrapartida, esses países teriam de aderir ao liberalismo econômico e político. Para a África, isso significava findar os regimes de partido único, adotar um sistema multipartidário e, subjacentemente, abrir o sistema econômico para que outros países pudessem vender e comprar produtos.

O sociólogo moçambicano Elísio Macamo (2020) fez uma exaustiva investigação sobre os efeitos e consequências dos Programas de Ajustamento Estrutural em Moçambique. Para ele, a instituição dos PAE torna países como Moçambique produtos

da vontade de poder externo, porque cria condições internas que permitem cada vez mais a reprodução dessa mesma dependência.

As raízes desse processo ainda são objeto de discussão, pois existem pontos de vidas opostos. Alguns autores acreditam essencialmente nos fatores externos como principal motivo que impulsionou a liberalização política, com a imposição dos Programas de Ajustamento Estrutural, como referenciamos acima, o colapso do comunismo e o fim da Guerra Fria. Por outro lado, há aqueles que acreditam nos fatores internos como os motivadores mais importantes do processo de abertura democrática em África, incluindo desgaste dos sistemas de partido único, decadência da capacidade dos Estados, fracasso no desenvolvimento, crise econômica e tomada de consciência de luta dos movimentos sociais pró-democracia (Chabal, 1998).

Patrick Chabal<sup>3</sup> (1998) assume uma posição intermediária. Para o autor, não é possível concluir que a liberalização seja exclusivamente resultado de dinâmicas internas ou externas, mas sim da combinação desses dois fatores.

Antes de discutirmos as condições dessa democracia no continente ou o processo de democratização, faz-se necessário mencionar que o fenômeno da transição representa a herança de um modelo de democracia liberal baseado nas versões britânica, francesa e belga, expoentes máximos do colonialismo em África. Segundo Fatton Jr.<sup>4</sup> (1990), a emergência do autoritarismo moderno no continente foi herdada do controle colonialista. A imposição da democracia liberal ocorreu décadas depois do processo colonial, começando gradualmente a instituir reformas democráticas num contexto que, até pouco tempo antes, era marcado por exploração e despotismo. Para esse autor,

O estado colonial foi concebido com base na violência e não na negociação. Esta violência era muitas vezes desproporcionada em relação à tarefa a desempenhar, com queimadas de aldeias, destruição de culturas, assassinato de mulheres e crianças e execuções de líderes. O estado colonial não só foi concebido com base na violência, como foi mantido pelo uso livre da mesma. Qualquer forma de resistência era visitada por expedições punitivas que frequentemente não se enquadravam em nenhuma das normas de guerra na Europa (Fatton Jr., 1990, p. 457. Tradução do autor).

Fatton Jr. leva-nos a perceber como esse processo transitório para a democracia liberal foi acelerado, sem que houvesse uma transformação significante nos domínios da cultura, da burocracia ou da economia. Para o autor, além de a transição ter sido repressiva e oportunista, os líderes africanos não aceitaram

<sup>3</sup> Patrick Chabal foi um dos mais respeitados estudiosos da temática pós-colonial africana. tendo lecionado História e Política Africana no King's College de Londres até a data da sua morte, em 16 de janeiro de 2014. Também foi autor de vários livros, como *A Política do Sofrimento e do Sorriso*, publicado em 2009.

<sup>4</sup> Professor haitiano que leciona a disciplina Governo e Relações Internacionais na Universidade da Virgínia. Tem se dedicado a escrever sobre política e democracia em África. Entre seus vários livros e artigos científicos, podemos destacar *A construção de uma democracia liberal: a revolução passiva do Senegal 1975-1985*, publicado em 1987, *A transição interminável para a democracia*, publicado em 2002, entre outras publicações.

facilmente o modelo político ocidental. Existia pouco entusiasmo por partes dessas lideranças, e a aceitação foi um meio de atingir outro fim, ou seja, os valores monetários prometidos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional.

Por isso, Shivji (2018, p. 100) entende a democracia como “modelo transplante”<sup>5</sup> e preferiu utilizar o termo democratização para o contexto da África. O autor explica que a democratização é um processo no qual o resto do mundo luta contra o modelo ocidental e os seus implantes locais, de modo a “expandir a esfera da liberdade e da dignidade humana”. Nesse sentido, no nosso discurso, os conceitos e paradigmas sobre a democracia não podem ser tidos como garantidos, porque o modelo da democracia liberal que domina a África atualmente é um aspecto da história particular europeia, construída na base da violência contínua do Ocidente contra o resto do mundo. Segundo Shivji,

[...] o modelo democrático liberal que os países imperialistas-capitalistas pretendiam tornar universal servia essencialmente para racionalizar, justificar, proteger e defender a propriedade privada capitalista, de forma a reproduzir o sistema de exploração de classe [...] (Shivji, 2018, p. 102-103).

Na abordagem desses autores, fica claro que questões sobre a viabilidade da democracia, sobretudo a sua versão liberal, e a própria transição democrática no continente devem ser analisadas cuidadosamente. Como o próprio Fatton Jr. (1990) ressalta, as dúvidas que pairam sobre a democracia liberal em África não se refletem apenas na falta de vontade nos sistemas políticos, mas também em uma matriz material das sociedades africanas. Para ele,

[...] a África carecia dos critérios objetivos que historicamente têm sido associados à acesso de formas burguesas de representação nouros ligares. Devido ao seu legado colonial e à sua natureza periférico-dependente, o capitalismo africano não conseguiu gerar o desenvolvimento de uma burguesia hegemônico e de uma propriedade forte - as duas classes cujos conflitos e confrontos são cruciais para obtenção dos compromissos e negociações políticas necessárias ao estabelecimento da democracia liberal [...] (Fatton Jr., 1990, p. 457).

O capitalismo africano dependente, a condição de ex-colônia e a ausência de uma luta de classes como ocorreu no Ocidente (pelo menos não nos mesmos moldes) não possibilitaram o crescimento do liberalismo e de uma série de direitos e liberdades, entre eles: individuais, civis e associativas. Ou seja, em África, faltaram as condições que tornaram possível a democracia liberal no Ocidente e em muitos outros contextos.

Enfatizando a abordagem histórica da transição democrática, Patrick Chabal (1998) critica a ideia de que a democracia africana apareceu de forma *sui generis*, como a conhecemos no Ocidente. Para ele, os países ocidentais só são democráticos

---

<sup>5</sup> O autor enfatiza que o conceito de democracia burguesa do Ocidente foi imposto aos outros cantos do mundo.

porque a democracia emergiu há vários séculos, com mudanças políticas e econômicas, como um sistema legítimo e de responsabilidade política. O autor entende que a democracia foi resultado de um longo e complexo processo político, não de decisões tomadas em determinado momento da vida desses países. Criou-se um quadro legal, constitucional, processual e institucional bem-definido para a democracia, que funciona porque existe um consenso geral sobre sua legitimidade e sua eficácia.

Mais uma vez, esse quadro legal e o consenso sobre legitimidade da democracia, sobretudo se pensarmos a relação entre a representação individual e a responsabilidade política, não se manifestaram em vários países africanos. Eles não gozaram da estabilidade política e dos critérios objetivos que possibilitam o surgimento da democracia. Esse é o caso da Guiné-Bissau, que passaremos a analisar.

### A experiência democrática pós-colonial da guiné-bissau

A Guiné-Bissau é um pequeno Estado da África Ocidental<sup>6</sup> e uma ex-colônia de Portugal, com população de aproximadamente dois milhões de habitantes e uma densidade demográfica de 40,1 habitantes por km. A cidade de Bissau é a maior unidade territorial do país e tem a maior densidade populacional, com mais de 4.710,9 habitantes por km, em uma superfície de 78 km<sup>7</sup>.

O Estado da Guiné-Bissau é forjado a partir de luta armada contra a colonização portuguesa, uma resistência que teve início em 1963 e durou um pouco mais de uma década, com comando do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde. Esse pequeno território da África foi a primeira colônia de Portugal no continente a proclamar independência, em 1973, de forma unilateral, sendo reconhecido pela comunidade internacional como nação independente um ano mais tarde, em 1974.

As ideologias coloniais, do século XV ao século XX, sempre apresentaram características específicas, tanto do ponto de vista teórico quanto do racial, e a colonização portuguesa não fugiu à regra. O sociólogo guineense Carlos Cardoso (1992) trouxe uma importante discussão sobre o período após a instauração do Estado Novo em Portugal, analisando como o uso da ideologia colonial portuguesa influenciou de forma decisiva a estruturação da sociedade da Guiné-Bissau. E um dos princípios desse arcabouço ideológico era justamente a ideia de que a colonização tinha uma missão civilizadora a cumprir nos territórios portugueses em África (Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Angola), amparada pelo *Ato Colonial*, um documento que constituía a essência orgânica do papel e a função histórica de ter e colonizar os territórios e as populações indígenas que lá habitavam (Cardoso, 1992).

<sup>6</sup> O país faz fronteira com a República do Senegal, ao norte, e com a República da Guiné-Conacri, ao sul e ao leste, e é banhado pelo Oceano Atlântico.

<sup>7</sup> Dados do Instituto Nacional de Estatísticas da Guiné-Bissau - <https://www.stat-guinebissau.com/>.

Esse princípio evidencia, como apontado pelos pesquisadores, uma dimensão racial muito forte, ou seja, a noção da superioridade da raça branca em relação a outras raças, sobretudo a negra. No caso de Portugal, a missão civilizatória revestiu-se de “política de assimilação” (Cardoso, 1992), cujo objetivo era essencialmente transmitir a cultura europeia às populações indígenas africanas. Elas eram consideradas, segundo essa lógica, povos sem história, sem cultura e sem uma noção de organização administrativa.

De acordo com Cardoso (1992), o interesse português na política colonial assimilacionista<sup>8</sup> não estava ligado à criação e/ou à potencialização das leis e instituições. A missão de Portugal não era impor aos nativos as leis europeias, mas sim transmitir sua mentalidade, sua fé, sua cultura e seus costumes. Por isso, a religião acabou desempenhando papel importante no processo de colonização dos povos africanos.

Um aspecto importante da colonização portuguesa na Guiné-Bissau é o fato de esse território ter sido considerado, durante todo o processo de dominação, uma *colônia de indigenato*. Ou seja, ao longo de toda a colonização, a Guiné-Bissau serviu como colônia de exploração econômica, dominação política, missão civilizadora e tratamento discriminatório racial do nativo (Cardoso, 1992). Portanto, essa política impediu o desenvolvimento de uma estrutura socioeconômica favorável no período pós-colonial. Para Cardoso:

A ação dos portugueses na Guiné exerceu-se, portanto, durante muito tempo à sombra de uma exclusiva economia de resgate, ou seja, apenas explorando as riquezas que os nativos colhiam e o que de resto se podia conseguir sem grandes investimentos. Por isso, em meados dos anos 40 a Guiné podia ser considerada como a única das colônias portuguesas em África que se apresentava como puramente de Indigenato, isto é onde o chamado indígena constituía o elemento-base de toda a estrutura econômica (Cardoso, 1992, p. 41).

Como podemos constatar, os colonizados (chamados de indígenas) exerceram um papel fundamental na economia, porque eram os nativos que cultivavam a terra manualmente, criavam gado, praticavam apicultura, pescavam, colhiam produtos da terra e contribuíam de forma significativa com os tributos, como o *imposto de palhota*. Apesar de a administração colonial ter tentado a exploração agrícola de fazendas, a economia permaneceu essencialmente ligada aos pequenos agricultores. Ademais, existia uma política deliberada para impedir a existência e o desenvolvimento de indústrias nas colônias africanas, com exceção das que processavam alguns produtos de exportação ou de pesca (Cardoso, 1992).

---

<sup>8</sup> A política de assimilação contribuiu de forma substancial para a divisão da população em dois grupos: os civilizados e os indígenas. Os civilizados eram pessoas que, embora não tivessem abandonado a cultura indígena, acabaram adotando uma série de comportamentos do colonizador e viviam do próprio trabalho. Já os indígenas, segundo *Estatutos dos Indígenas Portugueses* (Cardoso, 1992), eram pessoas de raça negra ou descendentes que preservavam os costumes associados ao seu povo de origem.

O tipo de exploração feita pela colonização portuguesa na Guiné-Bissau, onde todo e qualquer tipo de produção, sobretudo agrícola, era feito pelos indígenas nas suas terras, usando seus processos rudimentares e tradicionais, não possibilitou o desenvolvimento de uma classe de assalariados agrícolas e, de forma decisiva, não permitiu a constituição de um proletariado rural. De modo semelhante, de acordo com Cardoso:

[...] numa estrutura deste tipo não se podia ter desenvolvido um operariado urbano ligado às fábricas e com uma expressão social considerável. As poucas fábricas existentes empregavam um reduzido número de trabalhadores. Por outro lado, a formação profissional e técnica que podia fornecer os trabalhadores qualificados para as indústrias era quase inexistente. A maioria dos operários era, portanto, mão-de-obra não qualificada [...] (Cardoso, 1992, p. 45).

Podemos constatar, no fundo, duas questões importantes. A primeira é a falta de desenvolvimento de indústrias ao longo da colonização portuguesa, motivando a quase inexistência de uma burguesia forte (e da propriedade) e de um proletariado (tanto rural como urbano) potente. Essas duas classes, de certa forma, seriam importantes na pós-independência, pois acarretariam a diminuição de poder do Estado ditatorial surgido após a libertação nacional.

A segunda questão tem a ver com a falta de experiência em gestão administrativa, posto que os guineenses quase não participaram do sistema administrativo do Estado colonial. Segundo Forrest (1993), apesar de alguns funcionários ministeriais terem sido mantidos nos seus lugares após a independência, os novos dirigentes não conheciam os dispositivos gerenciais e burocráticos. Para o autor:

[...] A maioria das pessoas que foram colocados à frente dos ministérios tinham passado a maior parte da sua vida adulta fora do país a ocupar cargos políticos ou militares no PAIGC (Partido Africano Para a Independência de Guiné e Cabo Verde). A sua experiência limitava-se às áreas da diplomacia ou da guerra de guerrilhas, uma vez que, de 1962 a 1973, a preocupação central do PAIGC foi conseguir a libertação política da Guiné-Bissau através da luta armada. Por conseguinte, após a independência estes funcionários concentraram-se no desenvolvimento das instituições do Estado, mas faltava-lhes uma metodologia técnica para levar a cabo esta tarefa (Forrest, 1993, p. 60).

Com a conquista da independência, o Partido-Estado passou por um processo de centralização de poder e utilizou a força física como seu principal mecanismo de aplicação de políticas, sobretudo com as Forças Armadas como principal aliado. Além disso, todos os grupos possivelmente fontes de contestação e manifestação foram partidarizados, incluindo a classe trabalhadora, através da União Nacional de Trabalhadores da Guiné - UNTG, as mulheres, mediante a União Democrática das Mulheres de Guiné e Cabo Verde, e a juventude, com a Juventude Amílcar Cabral, todas subordinadas ao PAIGC.

É importante lembrar que a Guiné-Bissau, após a independência, optou por um modelo de desenvolvimento inspirado no socialismo (Cardoso, 1994; Mendy, 1996 e Chabal, 1986). O país defendia um sistema democrático anticolonialista e anti-imperialista (democracia revolucionária), com estrutura política e governação do partido único parecidas com os sistemas de desenvolvimento sociopolítico-econômico do modelo socialista.

As exigências do partido no contexto da luta, segundo o sociólogo Peter Karibe Mendy (1996, p. 22) eram que os dirigentes do PAIGC tivessem a consciência revolucionária e que praticassem a democracia revolucionária. Esse modelo de desenvolvimento socialista, sobretudo na questão econômica, dava grande importância à agricultura, por acreditar que esse setor representava a capacidade de o povo se sustentar a partir do que realmente sabia fazer. Portanto, referenciando o Amílcar Cabral, a agricultura seria capaz de possibilitar a “eliminação da exploração do homem pelo homem”, porque seu significado transcende o ato de cultivar.

A Guiné-Bissau está munida de extensivos estudos sobre o processo de transição democrática no país, conduzidos por sociólogos, polítólogos e cientistas sociais no geral através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP<sup>9</sup>.

Raúl Mendes Fernandes (1994) afirma que o período pós-independência da Guiné-Bissau pode ser dividido em duas fases. A primeira corresponde ao intervalo de 1974 a 1981, que o autor denomina período do socialismo. A segunda compreende os anos de 1981 a 1994 e é designada como período liberal.

A primeira fase caracteriza-se pelo poder concentrado no Partido-Estado e pela centralização presidencial, bem como por períodos de bonapartismo partidário e presidencial. Por sua vez, a segunda fase é marcada pelo desengajamento do Partido-Estado e pela entrada da economia de mercado em ação.

Essa transição foi impulsionada pela crise do modelo socialista no final da década 1980, que levou ao colapso de regimes de partidos únicos e monolíticos. Para Cardoso (1996), a Guiné-Bissau como um dos países mais pobres e sem resultados econômicos satisfatórios pós-independência, optou por dar início, em 1983, ao processo de liberalização nos domínios da economia e, consequentemente, do político. Isso se deu com os programas de estabilização econômica, que culminaram nos Programas de Ajustamento Estrutural em 1987 (Cardoso 1996). A partir daí, foram

---

<sup>9</sup> O INEP foi fundado em 1984, uma década após a independência, com intuito de promover estudos e pesquisa nas áreas de ciências sociais e naturais, sobre problemas de desenvolvimento da Guiné-Bissau, quando o país estava a aderir aos programas de estabilização econômica que culminariam na adesão aos programas de ajustamento estrutural. A promoção dos estudos e pesquisas pelo instituto se deu através de atividades como conferências, colóquios, seminários e jornadas de reflexão, que divulgavam os resultados das investigações. Por intermédio desse espaço, podemos conhecer os principais pesquisadores e trabalhos que refletem sobre a realidade sociopolítica da Guiné-Bissau.

abandonados o modelo socialista e os objetivos programados e inspiradores da luta pela independência<sup>10</sup>.

A adesão a esse processo, segundo Cardoso (1996), tinha como principais objetivos:

[...] corrigir os desequilíbrios financeiros e [...] superar os obstáculos estruturais ao crescimento. Esta nova orientação, traduziu-se concretamente numa liberalização dos preços, numa desvalorização massiva do peso e na adopção de um sistema de câmbio flutuante (Cardoso, 1996, p. 18).

Portanto, as novas medidas

[...] incluíam a drástica redução das despesas públicas e da tamanha burocracia; a redução e eventual suspensão dos subsídios a produtos essenciais tais como alimentos e combustíveis; o desmantelamento dos monopólios do Estado e a sua privatização; o encorajamento da expansão da produção e exportação agrícolas; a liberalização do comércio interno e externo; e reformas institucionais (Mendy, 1996, p. 41-42)

Obviamente que o processo de liberalização dos preços e desvalorização do Peso (a antiga moeda nacional) traria alguns impactos socioeconômicos e políticos para o país. Entre eles, podemos citar: as condicionalidades impostas pelos parceiros Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional; os Programas de Ajustamento Estrutural acompanhados pela liberalização do espaço político (multipartidarismo e concorrência política via eleições). Mendy (1996) comprehende essas condições como a relação entre a assistência financeira, as exigências de mudança política/institucional e, sobretudo, a promoção da democracia liberal.

Do mesmo ponto de vista, Cardoso (1996, p. 19) enumera alguns dos impactos dos Programas de Ajustamento Estrutural. Na esfera socioeconômica, a Guiné-Bissau, entre 1987 (ano da adesão aos PAE) e 1992, passou de 473 milhões para mais de 600 milhões de dólares em dívidas. No âmbito social, os créditos das agências internacionais criaram uma relação entre o sistema burocrático e a pequena burguesia, ou seja, verificou-se que os funcionários do Estado se tornaram pequenos burgueses por terem acessado os recursos estatais.

Adicionalmente, Cardoso (1996) acredita que dois fenômenos importantes e contraditórios são importantes no processo de liberalização política. O primeiro seria o seguinte:

[...] ao mesmo tempo que se consolidava a pequena burguesia, verificava-se um estreitamento do espaço político tanto dos novos ricos como das camadas mais desfavorecidas e empobrecidos pelos efeitos do programa, que também procuram um espaço de atuação onde possam

<sup>10</sup> Tinha-se dado, no entanto, adeus também a um dos modelos de governo em que o próprio Amílcar Cabral acreditava, o da democracia revolucionária, um projeto de sociedade socialista com apoio popular expresso através de instituições democráticas (Chabal, 1986).

reivindicar os seus direitos; ou seja, o estreitamento dos espaços de atuação revela-se diretamente proporcional ao crescimento de cada uma destas camadas (Cardoso, 1996, p. 22).

O segundo fenômeno, na visão do autor, emergiu a partir do momento que começaram a ser deixados de lado os modelos institucionais do antigo sistema econômico, centralizado no Partido-Estado.

Esses dois fenômenos constituíram verdadeiros momentos de abertura à democratização, com a tomada de consciência social e política por todas as camadas da sociedade. Foram reforçados pela criação da lei de greve (Fernandes, 1994), que possibilitou a cisão da União Nacional de Trabalhadores e o surgimento de vários outros sindicatos, com interesses e demandas distintos<sup>11</sup>. Isso acarretou o surgimento, em diferentes localidades, de diversas associações e comunidades dedicadas a lutar por direitos específicos (Indjai e Silva, 2021).

Após a independência e a adesão à democracia liberal, a Guiné-Bissau passou por vários períodos de instabilidade política e institucional, incluindo uma guerra civil em 1999 e golpes de Estado que provocaram vários governos de transição (Indjai, 2022). Embora a independência tenha completado 51 anos em setembro de 2024, a democracia liberal fez 30 anos, pelo menos do ponto de vista instrumental, desde a realização das primeiras eleições presidenciais e legislativas, em 1994.

A grande questão que podemos formular diante do exposto ao longo do texto recai sobre as políticas coloniais: tendo em vista as dificuldades de sair do ciclo de violência e as crises políticas e institucionais depois da adesão à democracia, como podemos avaliar o Estado pós-colonial na Guiné-Bissau? E a democracia no país é exercida através da realização de várias eleições presidenciais e legislativas? Esses elementos seriam cabais para compreender ou avaliar o processo de consolidação da democracia na Guiné-Bissau.

### **É possível a democratização em África?**

Todos os autores aqui citados, em nenhum momento das suas escritas, desvalorizaram a importância da representação política ou das eleições na África contemporânea. Os questionamentos consistem em saber se a África teve os mesmos caminhos do Ocidente para a instituição da democracia liberal e quais são os limites dessa democracia para o continente, sobretudo na perspectiva minimalista e instrumental.

Quando o Shivji (2018, p. 109-110) afirma que a África precisa pensar uma nova democracia, ele não está sugerindo uma democracia que descarte as eleições ou a representação. A nova democracia, para autor, implica pensar fundamentalmente três elementos essenciais: os “meios de subsistência populares, a participação popular e o poder popular”. Essa tríade seria capaz de potencializar a democracia, tornando-a mais do que um sistema com instituições representativas como únicos

---

<sup>11</sup> Sindicatos de comércio, transportes, comunicações, função pública, professores, desenvolvimento rural e agricultura, indústria e energia.

espaços de mediação entre eleitores e eleitos. Trata-se também de possibilitar que a democracia seja pensada a partir de particularidades dos países e do próprio continente.

Quem abordou a relação da representação política com as formas participativas muito didaticamente foi a Iris Marion Young, em *A Representação Política, Identidade e Minorias*. A autora afirmou que:

[...] uma democracia forte deve conter em seu repertório proceduralmente institutos de democracia direta, tais como o do plebiscito. Além disso, uma democracia é mais plenamente democrática quanto mais possui fóruns patrocinados pelo Estado e fomentados pela sociedade civil para discussões sobre políticas, e pelos menos alguns deles devem influenciar proceduralmente as decisões governamentais [...] (Young, 2006, p. 144).

Analizar outros atores e espaços democráticos, assim como contextos para sua atuação, é fundamental para entender a efetividade da democracia em vários países africanos, onde existe uma carência de elementos institucionalizadores da própria democracia. Como afirma Young (2006), é preciso que haja espaços de discussão e de deliberação mediados e dispersos, com os quais os eleitores possam se envolver. Isso possibilita que olhemos para a representação como forma de mediação, e não como substituição. Os espaços de discussão e de deliberação acabam sendo meios de prestação de conta por parte de representantes, para além das instituições oficiais. As arenas públicas com sociedade civil e associações civis podem fazer desses lugares um ambiente de questionamentos e avaliações independentes (Young, 2006).

Com isso, percebe-se que os limites da democracia liberal em contextos periféricos motivaram muitos autores a propor uma ampliação do marco do entendimento conceitual, mas também a considerar novos autores e espaços que possam aprimorar a democracia e o processo de representação democrática. Reivindicar a presença das formas de subsistência popular, de poder popular, das associações civis e da sociedade civil em geral, como afirmam Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2002, p. 57), envolve “questionar uma gramática social e estatal de exclusão e propor, como alternativa, uma outra mais inclusiva”. Esse é um dos desafios da democracia liberal no contexto africano, sobretudo na Guiné-Bissau.

### Considerações finais

Este texto foi acompanhado de várias perguntas, e muitas delas não foram respondidas. A falta de resposta tem sido comum quando se reflete sobre a democracia liberal em África. As eleições, como principal elemento dessa forma de organização sociopolítica, talvez seja o único aspecto da democracia que o continente herdou na sua plenitude. Trazer questionamentos é uma maneira de indagarmos a respeito da efetividade da democracia instituída a menos de 50 anos num continente cujas terras, até então, haviam sido palco de exploração e barbárie. Essa incerteza se sustenta, sobretudo, no fato de a democracia liberal ter chegado à África como

parte de um pacote de exigências dos Programas de Ajustamento Estrutural para a liberalização econômica.

O importante ponto de partida dessa reflexão foi construído com base em autores não liberais que escrevem para contextos específicos, especialmente a realidade das democracias no continente africano. Portanto, a democracia liberal, como modelo de concorrência e de disputa entre elites e partidos políticos através das eleições, não consegue nos ajudar a compreender claramente a política em África, haja vista as especificidades de organização cultural, social e econômica das suas populações em diferentes países. Pelo que podemos entender dos autores ao longo das leituras e escrita deste texto, é necessário ter em conta, em primeiro lugar, que a emergência do autoritarismo em África é fruto do processo de colonização. Essa dimensão histórica é fundamental para elucidar que a democracia liberal não teve os mesmos alicerces europeus nem o tempo suficiente para florescer na África pós-independência.

No caso específico da Guiné-Bissau, percebe-se uma disfunção na sua história política. A realidade do país se deve a uma série de fatores herdados da época colonial, perpetrada sob todas as formas de violência, pois os colonizadores não ensinaram a negociação. Os Programas de Ajustamento Estrutural fizeram do país a extensão da vontade do poder liberal do Ocidente, em um processo violento que precipitou uma transição sem contemplar os domínios da cultura, da economia e da burocracia dos países.

Pensar a democracia na Guiné-Bissau, nesse contexto, exige ir além do marco teórico e do receituário minimalista. Devem-se ponderar as formas alternativas de participação política e as estratégias de subsistência das populações, extrapolando as instituições representativas da própria democracia liberal.

## Referências

- BALLESTRIN, Luciana (2018). “O Debate Pós-Democrático no Século XXI”. *Revista Sul-americana de Ciências Políticas*, Pelotas, vol. 4, n. 2.
- CARDOSO, Carlos (1992). “A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné-Bissau e o seu impacto na estrutura social 1926-1973”. *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, v. 14, p. 26-64.
- CARDOSO, Carlos (1996). “Transição democrática na Guiné-Bissau: Um parto difícil”. In: CARDOSO, Carlos e AUGEL, Johannes (Orgs). *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. INEP, p. 13-41.
- CHABAL, PATRICK (1986). “Revolutionary democracy in Africa: case of Guinea-Bissau”. In: CHABAL, Patrick (Orgs.) *Political domination in Africa: reflection on the limits of power*. Cambridge; New Youk, p. 84-108.
- CHABAL, Patrick (1998). “A few considerations on democracy in Africa”. *International Affairs*, v. 74, n. 2, p. 289-303.

- FATTON JR., Robert (1990). “Liberal Democracy in Africa”. *Political Science Quarterly*, v. 105, n. 3, p. 455-473.
- FERNANDES, Raúl Mendes (1994). “Processo democrático na Guiné-Bissau”. *Soronda: Revista de estudos guineenses*, Bissau, v1, n.17, p.31-44.
- FORREST, Joshua B (1993) “Autonomia burocrática, política econômica e política num Estado ‘suave’: o caso da Guiné-Bissau pós-colonial”. *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, v. 15, p. 57-96.
- HELD, David (1987). “Modelos de Democracia”. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.
- INDJAI, Mamatú (2022). “Rádios comunitárias no processo de democratização na Guiné-Bissau: estudo de caso da rádio comunitária Papagaio-Buba. Dissertação (mestrado) em Ciências Sociais. Centro de ciências humanas e letras da UFRN.
- INDJAI, Mamatú e SILVA, Igor Monteiro (2021). “Comunicação comunitária no processo de democratização da sociedade: estudo sobre as rádios comunitárias na Guiné-Bissau”. *Contemporânea - Revista de Sociologia na UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez, pp. 1087- 1101.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as Democracias Morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MACAMO, Elísio (2020). “Da disciplinarização de Moçambique: ajustamento estrutural e as estratégias neoliberais de risco”. *Africana Studia*, Porto, n. 6, p. 231-255.
- MENDY, Peter Karibe (1996). “A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau”. In: KOUDAWO, Fafali.; MENDY, Peter Karibe. (Orgs.) *Pluralismo político na Guiné-Bissau. Uma transição em curso*: Instituto nacional de estudos e pesquisa, p.11-65.
- PRZEWORSKI, Adam (2020). “Crise da Democracia”. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo (2002). “Para ampliar o cânone democrático”. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 39-82.
- SCHUMPETER, Joseph A (1984). “Capitalismo, Socialismo e Democracia”. Rio de Janeiro: Zahar.
- SHIVJI, Issa G (2018). “Democracia e democratização em África: interrogar paradigmas e práticas”. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 39-82.
- YOUNG, Iris Marion (2006). “Representação Política, Identidade e Minorias”, n. 67, São Paulo, *Lua Nova*.



*Recebido em junho de 2024*  
*Accepted para publicação em dezembro de 2024*